



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ZELÂNDIA ALVES PEREIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NA PARAÍBA: EXEMPLO EM SANTA
TEREZINHA-PB

PATOS – PB

2015

ZELÂNDIA ALVES PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NA PARAÍBA: EXEMPLO EM SANTA
TEREZINHA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização da educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Ms. Eunice Ferreira Carvalho

Patos – PB

2015

P436p Pereira, Zelândia Alves
Políticas Públicas para o Campo na Paraíba [manuscrito] :
exemplo em Santa Terezinha / Zelândia Alves Pereira. - 2015.
33 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Prát. Pedag.
Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.
"Orientação: Profa. Ma. Eunice Ferreira, CCEA".

1. Seca na Paraíba. 2. Políticas Públicas de Educação. 3.
Políticas Públicas do Campo. I. Título.

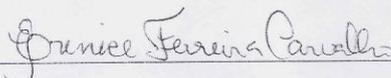
21. ed. CDD 372.357

ZELÂNDIA ALVES PEREIRA

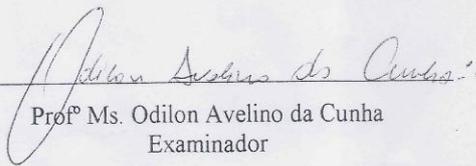
**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NA PARAÍBA: EXEMPLO EM
SANTA TEREZINHA-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização da educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

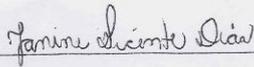
Aprovado em 06 de Dezembro de 2014.



Prof.^a Ms. Eunice Ferreira Carvalho
Orientadora



Prof.^o Ms. Odilon Avelino da Cunha
Examinador



Prof.^a Ms. Janine Vicente Dias
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os profissionais envolvidos no processo educativo e ao município de Santa Terezinha-PB.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que me deu força e coragem em busca das realizações ao longo da caminhada.

Aos meus colegas de turma sempre juntos nas atividades do curso e o incentivo para a conclusão do mesmo.

Ao professor Odilon Avelino da Cunha coordenador do curso de Especialização, por seu empenho.

A professora Ms. Eunice Ferreira Carvalho pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação pela dedicação e paciência.

A todos os professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram diretamente para a minha formação e conhecimento.

RESUMO

No que se refere as ações voltadas à falta de água, essencialmente a região semiárida, algumas medidas de infraestrutura já estão sendo tomadas, por isso o objetivo desse trabalho é mostrar as ações públicas de convivência com a seca no município de Santa Terezinha- PB. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas, destacando autores especialistas. Os dados foram coletados através de um levantamento bibliográfico utilizando-se de: livros, artigos, sites e também de um levantamento estatístico através de documentos. Assim, a pesquisa se caracteriza como descritiva e bibliográfica/documental. Concluiu-se que as famílias rurais na Paraíba estão sendo assistidas pelo programa de construção de cisternas e o município de Santa Terezinha na Paraíba também foi beneficiado com mais de 50% das famílias que vivem na zona rural. Mas esses números ainda precisam crescer junto com ações de orientação para o uso adequado da água de forma sustentável.

Palavras-chaves: Seca – Políticas Públicas - Paraíba

ABSTRACT

As regards the actions to lack of water , essentially the semi-arid region , some infrastructure measures are being taken , so the aim of this work is to show the public actions of dealing with drought in Santa Terezinha- PB study was developed from literature searches , highlighting experts authors data were collected through a literature review using of books, articles , websites and also a statistical survey through documents . Thus, the research is characterized as descriptive and bibliographic / documentary . It was found that rural households in Paraíba are being assisted by the Cisterns Programme and the municipality of Santa Terezinha in Paraíba also benefited over 50 % of families living in the countryside. But these figures still need to grow along with guidance actions to the proper use of water in a sustainable way .

Keywords : Drought - Public Policy - Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1.PROBLEMÁTICA DA AGRICULTURA CAMPONESA E SUA IMPORTÂNCIA	10
1.1 QUESTÃO AGRÁRIA.....	10
1.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	11
1.3 FENÔMENO DAS SECAS	12
1.4 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA E O SEU CARÁTER EDUCATIVO	13
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO CAMPO NA REGIÃO NORDESTE	16
2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO.....	17
2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	20
3.POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NA PARAÍBA: EXEMPLO EM SANTA TEREZINHA-PB.....	22
3.1 O PROGRAMA DE CISTERNAS NO SERTÃO PARÍBANO.....	23
3.1.1 O Município de Santa Terezinha.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
BIBLIOGRAFIA	31

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A penetração do capitalismo no campo implicou em sérias transformações necessárias à sua reprodução. Transformações que se constituem no elemento originário para a acumulação do capital à medida que se apropria das relações de produção do campo via monopólio.

Por sua vez, apesar do desenvolvimento do capitalismo no campo encontra-se até hoje a permanência do campesinato, ou seja, a presença de relações de trabalho não capitalista que são preservadas porque, através delas, torna-se possível manter o padrão de acumulação do capital via apropriação de parte do valor gerado no campo a medida que os preços de seus produtos tornam-se inferiores ao seu verdadeiro valor.

Contudo, é a produção do agricultor camponês que tem permitido o campo fornecer alimentos em grande quantidade para os centros urbanos a preços baixos. Porém, embora se enfatize a importância do camponês apoiado nas relações de produção não capitalista, por outro lado, os produtores desse setor são muitas vezes impossibilitados de desenvolverem face a falta de estímulos de preços, instabilidade de mercado e sobretudo a instabilidade climática. A instabilidade climática e a estrutura agrária no Brasil são os motivos mais marcantes do atraso da agricultura. No quadro das regiões brasileiras, o Nordeste constitui uma das mais peculiares por ser ela, a mais afetada pelo problema da seca e de maneira mais intensa a população semiárida, comprometendo a vida dos animais e da sociedade.

Devido a isso, surge a necessidade de se criar e programar ações que possibilitem a convivência dessa população nesse cenário desfavorável, direcionando a atenção da sociedade para cobrança dessas ações que viabilizem a permanência do agricultor no campo.

O município de Santa Terezinha localizada na região oeste da Paraíba, estar inserido no polígono das secas, dentro compõe as fontes de água da cidade, contudo a maioria da população da zona rural enfrenta escassez de água.

Diante do exposto foi selecionado o município por ser o local em que reside a pesquisadora e por considerar relevante evidenciar a atuação do poder público frente ao problema da água, já que é o que mais afeta e preocupa a população local. Daí questiona-se: O que tem sido feito para resolver o problema da falta de água em Santa Terezinha?

Para tanto, o objetivo geral desse trabalho é mostrar as ações públicas de convivência com a seca no município de Santa Terezinha- PB. De forma específica, fazer uma abordagem histórica das ações do Estado direcionadas ao campo no Nordeste destacando o semiárido

paraibano e; mensurar a ação com relação ao problema da seca no município de Santa Terezinha.

Os dados foram coletados através de um levantamento bibliográfico utilizando-se de: livros, artigos, sites e também de um levantamento estatístico através de documentos. Assim, a pesquisa se caracteriza como descritiva e bibliográfica/documental.

No primeiro item encontra-se uma abordagem sobre a problemática histórica da agricultura camponesa e sua importância para que se possa destacar que esse segmento é o mais afetado pelos problemas estruturais e climáticos.

No segundo momento será mostrado as ações do Estado para o semiárido nordestino ao longo da história de seus efeitos, destacando especialmente a Paraíba.

No terceiro item, será mostrado as políticas públicas no Estado da Paraíba tentando sobretudo quantificar as ações no que tange ao problema da seca no município de Santa Terezinha-PB.

Por último, as considerações finais.

1 PROBLEMÁTICA DA AGRICULTURA CAMPONESA E SUA IMPORTÂNCIA

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA

O desenvolvimento capitalista da agricultura tem particularidades em relação a indústria e a diferença fundamental em é o fato de que, segundo Silva (1982), o desenvolvimento da agricultura ter-se iniciado num situação em que nem toda terra se encontrava apropriada. A estrutura agrária brasileira, herdada do período colonial, orçou-se através de capitânicas hereditárias e do regime de sesmarias, dando assim, os primeiros passos para a estrutura dos latifúndios.

As capitânicas hereditárias, então, foi o primeiro tipo de distribuição de terras no Brasil, onde extensas faixas de terras foram doadas a capitães donatários. Os sesmeiros tinham a posse da terra e desfrutavam do poder de exploração total das terras dominando os escravos, índios e negros, como também os que trabalhavam como meeiro ou empregados.

Da política agrária do período das sesmarias resultou: a formação de extensas propriedades, monoculturas de produtos abastecedores do mercado europeu; a mentalidade latifundiária, mantenedora de grandes glebas de terras inexploradas que, em tese, pela própria situação geográfica são as mais férteis e de fácil acesso; a adoção de um modelo de agricultura estimulador de prática predatória; a manutenção de produção agrícola baseada em técnicas rudimentares; o fortalecimento do poder político-econômico do sesmeiro, pela concentração da propriedade de terra em suas mãos (PANINI apud ALVES, 2003)

O sistema de sesmarias foi extinto em 1820, sendo substituído pelo “direito de posse” e logo após foi aprovada uma nova lei de acesso à propriedade pelo sistema de compra e venda (1850). Essa lei transformou as terras devolutas em monopólio do Estado que era representado pelos grandes fazendeiros. Essa lei então, veio beneficiar os grandes proprietários, ou seja, os latifundiários que objetivavam o poder político e econômico. A marca da estrutura fundiária brasileira portanto, sempre foi a extrema concentração de terras, isto observado através dos históricos conflitos, revoltas e movimentos dos trabalhadores rurais pela posse da terra.

A região Nordeste tem a presença do latifúndio como fator marcante desde a colonização, com a produção açucareira em que a classe dominante se consolidou dando origem a oligarquia rural que visava o poder. Enquanto os minifúndios não dispõem de terras suficientes para estabelecer uma exploração agrícola econômica nem de capital.

O Nordeste apresenta um grande problema que é a concentração de propriedades, dos chamados coronéis, os fazendeiros da região. Na zona da mata, área de clima úmido e solos mais férteis, próximo ao litoral, remota da época colonial, a existência de enormes latifúndios monocultores, açucareiros que bagam baixíssimas remunerações par mão-de-obra. (PORTELA & FERNANDES apud ALVES, 2003)

Diante desse fato, os minifúndios não têm possibilidades de estabelecer um produção agrícola em escala econômica pois não dispõem de capital. Não conseguem avançar tecnologicamente e nem absorver toda mão-de-obra, gerando grandes conflitos pelo acesso. Segundo Varela (2002), a origem da estrutura agrária paraibana está inserida no processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino, lastreada na expansão da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva. Ambas, absorvedoras de grande extensões de terras adquiridas por sesmarias ou posse, no contexto do desenvolvimento do capitalismo.

A exploração algodoeira que adquiriu importância no século XVIII desempenhou papel de destaque rivalizando com outras culturas existentes, especificamente, as culturas de subsistência. Isso com o passar do tempo contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária excludente, com a predominância de terras nas mãos de uma pequena minoria no Estado.

1.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A partir da década de sessenta, configurou-se de forma mais evidente, a ampla discussão sobre o setor agrícola e sua participação no crescimento econômico do país através da interferência ou não neste setor. Pois, segundo Silva(1982), o desenvolvimento da agricultura só pode ser compreendido na sua totalidade se o considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico, ou seja, as transformações por que passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital.

Nesse sentido, “a agricultura também passou por um “processo de industrialização” que, em última instância, significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições, quando ausentes” (idem).

Dessa forma, ao longo da década e do período posterior (anos 70), houve uma perspectiva de adaptar o papel a ser desempenhado pelo setor rural à realidade de promessa urbano-industrial presente no país.

O processo de industrialização na agricultura então, ocorreu sob duas óticas: em relação a tecnificação da produção e à subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro. Junto a isso, percebe-se também, fatores com exclusão dos pequenos produtores que não se integram ao setor agroindustrial.

Com a consolidação do processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 80 formou-se um consenso, segundo Guanzirolí et. All(2009): nos anos 70, o processo de modernização agrícola substituíra o crescimento extensivo (pela incorporação de terra e mão-de-obra); nos anos 80, este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros, chamados complexos agroindustriais. A modernização da agricultura no Brasil portanto, resultou de acordo como o mesmo autor, em transformações nas relações de trabalho, na substituição do trabalhador permanente residente na propriedade rural pelo trabalhador temporário residente em bairros rurais ou na periferias da cidade. A mão de obra excedente produto da mecanização, foi obrigada a migrar para as cidades, acelerando o êxodo rural no país.

Especificamente, no caso do estado da Paraíba, o processo de modernização da agropecuária aconteceu de forma intensa alavancada pelo Governo Federal, após o golpe militar(1964), através de incentivos e de políticas creditícias e fiscais específicas. Esse processo se deu, também, de forma desigual com relação às atividades exploradas. Ela beneficiou fortemente a atividade canavieira e pecuária, levando a uma reorganização na sua estrutura agrária com graves efeitos sociais e econômicos.

1.3 FENÔMENO DAS SECAS

A região do nordeste é uma das mais populosas do Brasil, sendo que ela considerada uma das regiões mais afetadas pelo problema da seca. Assim, a região Nordeste do Brasil é a segunda região mais populosa do país, com uma densidade demográfica de 34,15 hab/Km². (CNM, 2014)

O nordeste brasileiro enfrenta em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 municípios afetados. A seca deste ano já é pior do que a do ano passado que também foi recorde.

O histórico de desastres na região nordeste com relação a seca é antigo, e vem causando um dos problemas mais graves deste século, afetando a população, a sociedade em geral e o meio ambiente. Segundo Ferreira(1999), um dos problemas e efeitos que a seca causa é a formação de verdadeiros bolsões de miséria e pobreza no campo que faz com que pequenos proprietários e micro produtores emigrem para as zonas urbanas causando outro problema que é o êxodo rural, além de aumentar a disputa por oportunidade de empregos nas cidades.

A falta de água no Nordeste Brasileiro, essencialmente na região semiárida, continua a ser uma questão crucial para o seu desenvolvimento. Grandes esforços vêm sendo empregados com o propósito de implantar infraestrutura capaz de disponibilizar água para suprir a necessidade de abastecimento humano e animal na região semiárida.

Além de afetar toda uma sociedade a seca ainda causa danos a produção rural, diminuição dos rebanhos, afeta ainda as produção da pecuária, da agricultura, por fim interferindo no meio ambiente e ocasionando o desaparecimento de espécies nativas da região.

A agricultura camponesa (fonte de trabalho e sustento da grande massa de pequenos proprietários com ou sem terras) é exatamente a mais afetada pela crise de produção representada pela seca que, a grosso modo, produzem alimentos para a própria subsistência e pouco participam da economia de mercado, empregam técnicas rudimentares que não os capacitam a nenhum meio de defesa contra os efeitos da seca, portanto, há queda na produtividade dos seus produtos.

1.4 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA E O SEU CARÁTER EDUCATIVO

Basicamente a agricultura camponesa se define, segundo Chayanov(1974) apud Boneti(2010), como uma unidade de produção que tenha participação restrita da unidade familiar. Ressalta-se a unidade familiar como um dos fatores principais na organização da economia camponesa.

O camponês, para Shanin(1980) apud Boneti(2010), tem quatro características:

- a) a produção rural familiar como unidade básica de organização econômica; b) a agricultura como principal fonte de sobrevivência; c) a vida na aldeia e agricultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas.

Já para Hecht (2000, p. 52),

A agricultura familiar caracteriza uma forma de organização da produção em que os critérios utilizados para orientar as decisões relativas a exploração não são vistas unicamente pelo ângulo da produção/ rentabilidade econômica, mas considera também as necessidades objetivas da família. Portanto a agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção no qual a família estar ligada diretamente a produção em conjunta, produzindo e desenvolvendo novas culturas e meios de produção.

No Brasil a agricultura camponesa (ou familiar) é apontada como uma das alternativas no combate a seca, aponta Lamarche (1993), e pode ser vista como um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica ou sustentável. Pode enfim, ser uma estratégia de desenvolvimento rural que promove o rápido processo de inovação de novos meios sustentáveis. É uma ferramenta de grande importância para o crescimento econômico na região nordestina, principalmente no que se refere a diminuição do êxodo rural.

No entanto, ela caminha com problemas que a impedem de desenvolver como por exemplo o baixo índice de mecanização, porque, devido aos grandes investimentos que necessitam ser feitos torna-se mais econômico utilizar a mão-de-obra barata(familiar). A comercialização é encarada como sendo outro ponto de estrangulamento pois, os armazéns são poucos e muitas vezes, mal localizados. Além disso, os agricultores não têm condições econômicas nem espaço que lhes permitam armazenar as suas safras à espera de melhores preços. Por isso, vendem a produção antes mesmo da colheita por preços baixos. Surge então uma série de intermediários que, obtendo maiores lucros, que o agricultor.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas tanto na política, como pela sociedade a agricultura camponesa ainda sobrevive no nordeste brasileiro, servindo com fonte de emprego para milhares de nordestinos, contribuindo assim com a economia regional e do país.

Destacando- se cada vez mais como responsável pelo abastecimento alimentar das populações rurais e urbanas da região, bem como pela concentração de um grande contingente de força de trabalho rural. Visto que a produção de alimentos é quase que totalmente explorado pela mão-de-obra familiar e cultivadas nas pequenas propriedades. (FERREIRA, 1999).

O debate em torno da agricultura camponesa, especialmente no que se refere aos entraves e problemas relacionados a essa atividade e à população nela envolvida, historicamente se apresentou uma temática palpitante principalmente, porque algumas características novas da sociedade atual, especialmente a urbana, está trazendo novos momentos e responsabilidades para a agricultura camponesa. Por outro lado, é importante destacar que a agricultura camponesa têm uma características como essência que é processo educativo. Como afirma Boneti(2010),

Como se trata de uma atividade de vida que constrói envolvendo relações familiares e/ou comunitárias, as que apresentam construção e repasse de saberes, o processo educativo se apresenta como algo inerente à essência da produção camponesa. A presença desse processo educativo na agricultura camponesa e na socialização nela envolvida é a explicação da subsistência desse tipo de construção de vida material e social.

O processo educativo aqui mencionado refere-se ao aprendizado que que conduzem a tomada de iniciativas que promovem as mudanças e o fortalecimento das relações sociais e de grupos a partir do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências, valores princípios, hábitos e atitudes. O processo educativo no entanto, está associado à experiência, vivência, problematização e intervenções sociais.

A agricultura no Nordeste, principalmente no semi-árido é de pequeno porte, movido por pequenos agricultores que produzem em comunidades em um sistema coletivo, no qual a produção é, muitas vezes, subsidiada por associações.

Na Paraíba a agricultura familiar é uma alternativa de sobrevivência para muitas famílias nordestinas, afirma Soares(2014), no sertão paraibano é caracterizado pela predominância de pequenas propriedades agrícolas, a agricultura familiar oferece uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico da região, te tal forma se repensada ela ainda pode ser utilizada de maneira bem melhor, podendo garantir a sustentabilidade no meio ambiente, assim contribuindo com a melhoria de vida da população local.

Nos dias de hoje o próprio contexto global é favorável para a agricultura camponesa, sobretudo se considerarmos que o seu papel é, fundamentalmente, o de produção de alimentos saudáveis. Isso porque nas últimas décadas, fatores marcam a agricultura familiar como: o aparecimento de novos agentes definidores de públicas vinculadas a agricultura familiar e um movimento global associando uma ideologia do bem-viver; valorizando as potencialidades locais, a cultura de cada comunidade.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO CAMPO NA REGIÃO NORDESTE

A ação do Estado na agricultura nordestina abrange um longo período histórico, mas a estrutura dessa intervenção apresenta-se diferenciada nos diversos períodos de sua história. Antes a intervenção do Estado era ocasional e assistencialista, fazia-se de maneira a atender algumas emergências causadas pelas secas. Em caráter emergencial, foram desenvolvidos programas em momentos de calamidades, ações emergenciais no qual regem a indústria da seca, e soluções hidráulicas. Ações que de certa forma caracterizam e reproduz o uso político do discurso da miséria e do subdesenvolvimento.

Entretanto, eram medidas tomadas pelo Governo que se resumia na construção de açudes e barragens, momentos que surgiram órgãos com a função básica de construir açudes como: IFOCS (em 1909), CVSF e CHESF(em 1948) com a finalidade de fornecer energia para as indústrias locais. Em 1952, de acordo com Ferreira(1999), foi criado o BNB (BANCO DO NORDESTE BRASILEIRO). Até aqui as políticas adotadas pelo governo tenderam a reforçar muito mais o patrimônio das oligarquias agrárias do que solucionar os problemas da seca.

A desastrosa seca de 1958 porém, veio demonstrar a insuficiência das políticas de ação governamental até então, que consequenciou na ocorrência do flagelo de uma grande tensão social.

Num contexto Nacional, esse período é marcado, com o golpe militar, por um novo direcionamento dado a economia e a agricultura a fim de permitir uma reorganização do capital na direção de uma maior concentração e centralização.

Mesmo com o incentivo governamental só em meados dos anos 60, afirma, Marinho (2003), uma pequena imagem começa a surgir sobre o semi árido brasileiro, com a implantação de polos agroindustriais que tinha por objetivo cultivar a fruticultura irrigada para a exportação. A irrigação, ao lado da solução hídrica, passou a se constituir um crescimento de redenção regional.

A ação do Estado nesse contexto orienta-se para a Modernização da Agricultura (citada no capítulo anterior), visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria, através de políticas entre os quais o crédito rural ocupa lugar privilegiado.

Essas políticas adotadas pelo Estado para o setor rural não ocorreram só a nível nacional, mas também a nível de Nordeste, visto que a região se encontrava com grandes

problemas sociais(consequenciada pela grande seca de 1958) e também agudizava as disparidades regionais(ou desenvolvimento regional desigual).

Quando se passa a analisar as medidas para o Nordeste, o governo federal cria um grupo de trabalho de desenvolvimento para o Nordeste(GTDN), cuja função é fazer um estudo da região, apresentando um diagnóstico que apresentasse uma solução econômica par o problema político e social da região. O GTDN então, apresentou soluções para atenuar as tensões sociais causadas na região, bem como, meios para promover o seu desenvolvimento tendo, a industrialização como ponto viabilizador desse desenvolvimento.

A SUDENE (órgão criado em 1959), com o intuito de executar o plano de ação proposto pelo GTDN de forma a orientar a economia nordestina através da expansão industrial e agrícola buscando sobretudo, controlar os conflitos aí existentes.

A partir de 1964, de acordo com Ferreira(1999), o desenvolvimento da região passa a realizar em dos interesses do grande capital monopolista do centro-sul. A característica geral das políticas para o Nordeste é promover o grande capital, seja na agricultura ou na indústria.

Desse período até a década de oitenta a política de crédito rural ampliaram-se e se tornou o fio condutor das políticas agrícolas já desenvolvidas. As políticas nacionais desenvolvidas no período considerado, sempre visaram atingir aquele que talvez fosse o seu maior objetivo: a modernização.

Nos anos noventa, considerou-se que as políticas públicas para a agricultura familiar até então não foi significativa para melhoria das condições de trabalho e geração de renda da população rural. Daí, percebeu-se uma necessidade de valorizar a agricultura familiar.

Um fato institucional importante para o setor foi, segundo BRASIL (apud Medeiros, 2013) a homologação da Lei nº 11.326/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Políticas Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e define seu público alvo. Dando assim, aos agricultores, extrativistas e pescadores uma legalização específica que lhe caracterizassem.

2.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO

A ação do Estado se deu através da criação de políticas para o setor, as principais de acordo com Ferreira(1999) são:

- **POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO**: tinha como objetivo básico fortalecer a economia semi-árida, através da estabilização da produção e do emprego, tornando ambos menos vulnerável à seca, como também um melhor aproveitamento da zona da mata.

-**PROTERRA**: criado em 1971, este plano possuía duas linhas principais de atuação: o apoio ao pequeno produtor minifundista ou desprovido de terras por meio de compra ou desapropriação, e a implantação de programas de modernização agropecuária através do financiamento a longo prazo e juros baixos.

O instrumento utilizado pelo governo para a apropriação das terras era a adesão dos grandes proprietários, os quais poriam parte de suas terras a disposição, e aqueles que não o fizessem num prazo de seis meses seriam desapropriados.

-**POLONORDESTE**: constitui num programa (criado em 1974) que foi instalado com o objetivo de promover regiões consideradas estratégicas no sentido dos efeitos demonstrativos que as mesmas poderiam exercer sobre as zonas mais simples. Assim, atuar no sentido de criar condições infra-estruturais, creditícias etc, para promover a modernização da agropecuária local.

-**PROJETO SERTANEJO**: criado em 1976, se orienta no sentido de apoiar aqueles setores mais atingidos pela seca na região semi-árida, ou seja, residia na resolução dos problema das secas e na ajuda permanente aos trabalhadores sem-terras e pequenos proprietários (parceiros e arrendatários).

- **CRÉDITO RURAL** – o suprimento de recursos financeiros de estendeu até a década de oitenta por entidades públicas a produtores rurais.

- **PRONAF** - na década de noventa (1996), segundo Medeiros(2013), surge o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, direcionado aos agricultores familiares, para que os mesmo possam aumentar a sua capacidade produtiva, gerar emprego e renda em suas unidades familiares.

De acordo com Ferreira (op. cit) ao avaliar ligeiramente essas políticas podemos dizer que, num âmbito geral, as políticas específicas para o Nordeste favoreceram determinados grupos minoritários, principalmente os grandes e médios pecuaristas.

A *política de Irrigação*, por exemplo, não conseguiram resultados satisfatórios, pelo fato de os objetivos propostos serem bastante ambiciosos, com custos altos, além do fato de que nas regiões em que foram implementados estes projetos não chegando a gerar ocupação suficiente para o conjunto das pessoas.

Com relação ao *Proterra*, o efeito central não foi o de promover a distribuição de terras no Nordeste, apenas contribuiu para fonte de crédito rural que se dirigiu para a pecuária, o que por sua vez, permitiu a expansão da pecuária na região.

O *Polonordeste* transformou-se num instrumento fortalecedor dos grandes e médios produtores, os quais dispõem de melhores condições de apropriação dos créditos oferecidos e de utilizarem da infra-estrutura. Isso, porque não possui políticas que alterem a estrutura fundiária onde, predomina as grandes propriedades.

O *Projeto Sertanejo* no entanto, também, comprometeu sua consecução com o risco de se transformar em um dos programas, com crédito subsidiado, dirigido para as grandes e médias propriedades. Assim, reforçou ainda mais a concentração de terras e favoreceu as oligarquias agrárias agravando a situação do pequeno produtor.

Os programas específicos para o Nordeste aprofundou o favorecimento dos grandes e médios proprietários deixando a margem o pequeno produtor. Fortaleceu a tendência a pecuarização, a concentração fundiária e a geração das grandes empresas capitalistas.

O *PRONAF*, de acordo com Medeiros(2013), desde a sua implementação em 1996, impactou consideravelmente a agricultura brasileira, principalmente pelo fato de permitir que os agricultores familiares pudessem investir nas suas atividades e também ampliar suas áreas de plantação, impactando também na renda e na vida desses agricultores. No entanto, torna-se necessário que, além de conceder recursos a esse setor, haja orientação ao agricultor para utilizá-lo de forma cabível. Porque, existem dificuldades de aplicação dos recursos disponibilizados pelo PRONAF devido a inadimplência, a falta de conhecimento das políticas públicas de muitos agricultores e falta de assistência técnica universalizada a todos os agricultores. Assim, o sucesso do PRONAF tem emperrado na burocracia do programa.

Um assunto que não podemos deixar de mencionar é a ideia de transpor águas do Rio São Francisco que remonta há mais de um século. Surge pela primeira vez, segundo Silva(2011), no século XIX num ambiente em que a seca do Nordeste Brasileiro, já contribuía, como hoje, para o agravamento das mazelas sociais daquela região.

Mas só em 2006, após análise do EPIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a realização de vistorias e de uma sequência de audiências públicas nos estados envolvidos, o IBAMA concedeu, ao Ministério de Integração Nacional, licença previa para o projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional (Caúla e Moura, 2006 apud Silva, 2011). O projeto, incorporado ao Plano de Aceleração de

Crescimento (PAC), recebe o aval do IBAMA, e em março de 2007, é expedida a licença de instalação do projeto.

Dessa forma, o projeto reeditado pelo Governo Federal, tem o objetivo de integrar as bacias do Rio São Francisco com bacias do Nordeste Setentrional, beneficiando os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e parte de Pernambuco, com a utilização de sistemas de bombeamento via canais artificiais de água, com a justificativa de promover o uso sustentável dos recursos hídricos

Na literatura disponível temos análises e opiniões diametralmente opostas em relação à implantação do projeto. Apesar das várias opiniões não se pode fazer uma avaliação sem a efetivação do projeto.

2.2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Inicialmente, é preciso dizer que na Legislação brasileira a Educação do campo sempre foi tratada como Educação Rural, ou seja, uma educação institucionalizada no modo de produção capitalista, centrada nos propósitos de fornecer conhecimentos e pessoal necessário à máquina do capital e ainda gerar e produzir um quadro de valores morais que validam os interesses dominantes. “Na trajetória da educação rural, o homem do campo foi concebido como exemplo do atraso, e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura” (SOUZA,2012).

Nos anos de 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST (Movimento dos Sem Terras), as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. A existência de um número reduzido de escolas e o trabalho com conteúdos caracterizados pela ideologia do Urbano fizeram com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo.

O movimento questionou o paradigma da Educação Rural e as contradições do modo de produção capitalista. Essas discussões foram fortalecidas a partir das experiências do MST, em especial na organização dos espaços públicos, como o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária(1997) e o lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, em 1998.

A inserção da educação do campo, conforme Souza(idem), na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9394/96, a afirmar a possibilidade de

adequação curricular e metodológicas apropriadas ao meio rural. O campo neste sentido passa a ser visto como um campo de possibilidades e realização humana. “A educação do campo deve ser definida pelos sujeitos que ali vivem, vinculando-se a cultura, reproduzindo pelas relações mediadas pelo trabalho, tratando o trabalho como produção material e cultural do sujeito.”(CALDART, 2012).

Portanto, a Educação do campo nasceu das mobilizações e das demandas dos movimentos sócias da campo por uma política educacional para comunidades camponesas; nasceu da combinação das lutas do Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária.

Na prática, as Escolas Famílias(EFas) que chegaram ao Brasil na década de 1960(com base na Educação Popular de Paulo Freire) e as experiências das Casas Famílias Rurais(CFRs), que ocorreram em Alagoas e Pernambuco, tendo se entendido na região Sul do Brasil, em 1990, têm como sujeitos centrais os filhos dos pequenos produtores, caracterizada por um projeto pedagógico que reúne atividades escolares e outras planejadas para desenvolvimento na propriedade de origem do aluno(chamada Pedagogia da Alternância).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NA PARAÍBA: EXEMPLO EM SANTA TEREZINHA-PB

A origem da estrutura agrária paraibana está inserida no processo de ocupação e de estruturação do espaço agrário nordestino, lastreada na expansão da monocultura da cana-deaçúcar e a pecuária extensiva. Porém, na última metade do século XX, a organização da atividade agropecuária do Estado sofre um intenso processo de modernização, circunscrita no contexto do processo de modernização conservadora alavancada pelo Governo Federal (após 1964), através dos incentivos e de políticas creditícias e fiscais específicas.

Varela(2002), mostra que em 1975, o setor canavieiro foi favorecido com o Programa Nacional do Alcool(PROÁLCOOL), com a incrementação de novas maquinarias, na utilização intensiva de fertilizantes e defensivos químicos e , sobretudo, na modernização e ampliação do parque industrial sucro-alcooleiro. O setor pecuário por outro lado, também foi contemplado com estímulos fiscais e creditícios e para tanto, foram utilizados os Bancos oficiais que repassava recurso como BIRD assim como recursos oriundos do Fundo de

Investimento do Nordeste, do PROTERRA, do POLO-NORDESTE e do PROJETO SERTANEJO, que também se inseriram nesta política.

Porém, no início dos anos oitenta, arrefeceram-se os recursos e a crise externa impõe uma fase recessiva à economia nacional, enquanto isso, a agricultura paraibana, a partir de 1983, teve grande parte de seu algodoads destruídos pela praga do bicudo e a situação se agravou com a ocorrência da seca de 1993. Em 1991, foi criado o Projeto SOS Usineiros que, propõe a renegociação da dívida dos usineiros além da intenção de manutenção e ampliação do PROÁLCOOL.

A modernização da agricultura, está na base do processo de expulsão e proletarização do produtor rural. Durante os anos sessenta, a expansão da pecuária comandou a expulsão do homem do campo. Já em meados dos anos setenta, com a introdução do PROÁLCOOL, os usineiros dirigiram suas armas na busca de terras e de lucros. Daí surgiram uma série de conflitos objetivando a permanência da terra.

De acordo com Varela(idem), a Paraíba foi palco de 194 conflitos de terra distribuídos em 55 municípios, onde grande parte não foi resolvido. Entre 1986 e 1996 no entanto, o INCRA aprovou apenas 67 projetos. A reforma agrária figurou, no governo da nova República, como prioridade para o desenvolvimento nacional, para tanto, forma elaborados planos regionais de Reforma Agrária e o Estado da Paraíba estabelecia como áreas prioritárias

mas o que observou na verdade, que o serviço prestado pelo INCRA/PB, foi insuficiente pelo baixo desempenho dos projetos.

Quanto ao funcionamento do PRONAF, principal política pública da Agricultura familiar no Estado, se faz relevante, para o desenvolvimento das atividades dos pequenos agricultores. No entanto, como diz Medeiros(2013), muito ainda deve ser corrigido e aperfeiçoado, o Estado necessita melhor avaliar sua implementação para fortalecer o setor em suas necessidades específicas, principalmente no que se refere a um melhor atendimento de assistência técnica.

Ao tentar mostrar a importância da política pública do PRONAF, no desenvolvimento local de Catolé do Rocha na Paraíba, por exemplo, Alves (2014) observou que a política em questão tem influenciado positivamente para agricultura familiar do município mas o estado precisa ainda melhorar a fiscalização e a realização de capacitações para a formação de mão-de-obra qualificada para as atividades oriundas do PRONAF.

3.1 O PROGRAMA DE CISTERNAS NO SERTÃO PARÍBANO

A região do Nordeste do Brasil é uma das mais afetadas pela falta de água, essencialmente a região semiárida, fato que algumas medidas de infraestrutura já estão sendo tomadas para suprir o abastecimento de água tanto humano quanto animal. A falta de água no semiárido é um dos problemas que deixam a população vulnerável a doenças pelo uso de água não tratada.

Na busca do desenvolvimento sustentável e no combate a escassez de água no semiárido nordestino, a ASA(Articulação no Semiárido Brasileiro) idealizou o programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido e tem desde 1999 a meta de congregar mais de 700 programas.

Em 2001, essencialmente, a ASA idealizou o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA. Ele vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual (ASA, 2014)

Ainda de acordo com a ASA(2014), o objetivo do P1MC é beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas em toda região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através

das cisternas de placas. Juntas, elas formam uma infraestrutura descentralizada de abastecimento com capacidade para 16 bilhões de litros de água. O programa é destinado às famílias com renda até meio salário mínimo por membro da família, incluídas no Cadastro Único do governo federal e que contenham o Número de Identificação Social (NIS). Além disso, é preciso residir permanentemente na área rural e não ter acesso ao sistema público de abastecimento de água.

Já o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), tem como objetivo fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e a água para produção. No sertão paraibano os municípios de atuação são: Condado, Vista Serrana, São José do Sabugi.

Em 2003 o P1MC intensificou-se sendo incluído no programa governamental Fome Zero. No mesmo período o P1MC, passou a ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança e Nutricional – Sesan, do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome – MDS. Esse projeto teve uma parceria com o Governo Federal e ASA, pelo qual a união passou a apoiar e coordenar o financiamento de programas de construção de cisternas e formação de multiplicadores (BRASIL, 2008).

Com essa parceria com o MDS, o programa do P1MC, ampliou os seus objetivos, pois segundo o MDS seus principais metas são:

- Apoiar estados e órgãos federais e civis, atuando na região semiárida na implementação de programas que visem garantir o sucesso a água potável;
- Possibilitar a população do semiárido o acesso a uma estrutura simples e eficiente na captação de água de chuva e de aproveitamento sustentável de recursos pluviais;
- Contribuir com a integração união de estado, municípios e sociedade civil na implementação de ações que tenham como foco a convivência com o semiárido.

Na busca de infraestrutura da construção das cisternas uma importante instituições propõem a financiar o programa, a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. Esta passa a ser a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro, fundada em 1967,

na cidade de São Paulo, com o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico social e sustentável dos Pais. A **FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos** desenvolvem uma série de iniciativas que procuram proporcionar a milhões de brasileiros uma condição melhor, um ambiente melhor, uma oportunidade de vida melhor. Entendem que essas iniciativas no campo da sustentabilidade são demandas da sociedade, obrigações da cidadania e marca das empresas responsáveis.

De acordo com o quadro 1, percebemos que as famílias do sertão paraibano têm sido contempladas com a construção de cisternas familiares, ao todo são: 11. 798, onde 7.625, ou 64,63% já foram beneficiadas. Os municípios da Areia de Baraúnas, Quixaba e Vista Serrana foram as que mais receberam cisternas. Há municípios a percentagem ultrapassa os cem por cento, há de se considerar que o número de famílias apresentados é uma estimativa, a partir do censo de 2000, que foram os dados utilizados no início o Programa, segundo ASD(2014).

Vejamos então os números dessa ação no Sertão Paraibano através do quadro abaixo:

QUADRO 01: Número de cisternas familiares, construídas no Médio Sertão Vales, com capacidade de armazenar 16 mil litros d'água.

Município		População			Famílias:	Cisternas construídas	
		Urbana	Rural	Total	Zona Rural	Total	%
01	Areia de Baraúnas	866	1.208	2.074	242	253	104,72
02	Assunção	2.163	819	2.982	164	121	73,87
03	Cacimba de Areia	1.281	2.287	3.568	457	413	90,29
04	Catingueira	2.542	2.211	4.753	442	169	38,22
05	Condado	4.128	2.371	6.499	474	220	46,39
06	Emas	1.519	1.535	3.054	307	94	30,62
07	Junco do Seridó	3.478	2.500	5.978	500	406	81,20
08	Mãe d'Água	1.302	2.156	3.458	431	33	7,65
09	Malta	4.717	973	5.690	195	128	65,78
10	Nova Olinda	3.171	3.286	6.457	657	448	68,17
11	Olho d'Água	3.495	4.351	7.846	870	363	41,71
12	Passagem	807	1.142	1.949	228	172	75,31
13	Patos	87.502	3.901	91.403	780	478	61,27
14	Piancó	10.031	4.818	14.849	964	588	61,02
15	Quixaba	503	805	1.308	161	221	137,27
16	Salgadinho	505	2.318	2.823	464	238	51,34
17	Santa Luzia	12.459	1.546	14.005	309	209	67,59
18	Santa Terezinha	1.608	3.111	4.719	622	337	54,16

19	Santana dos Garrotes	3.674	4.208	7.882	842	463	55,01
20	São José de Espinharas	1.475	3.627	5.102	725	660	90,98
21	São José do Bonfim	964	1.873	2.837	375	293	78,22
22	São José do Sabugi	2.221	1.692	3.913	338	279	82,45
23	São Mamede	5.569	2.451	8.020	490	364	74,26
24	Várzea	1.220	1.900	3.120	380	131	34,47
25	Vista Serrana	1.220	1.900	3.120	380	544	143,16
TOTAL		158.420	58.989	217.409	11.798	7.625	64,63

Fonte: ASDP/PROPAC, 2012 apud ASD- Patos(2014).

Outro benefício oferecido pelo programa de cisternas é a construção das mesmas em escolas rurais. O quadro 2 mostra 9 municípios beneficiados com cisternas em 15 escolas rurais com capacidade de armazenar 52 mil litros d'água, possibilitando assim o funcionamento das escolas com o uso da água nos períodos de seca.

Quadro 02: Número de cisternas nas escolas, construídas no Médio Sertão Vales, com capacidade de armazenar 52 mil litros d'água.

	Município	Comunidade	Escola
1	Areia de Baraúnas	Bananeiras	E. M. E. F. José Porfírio de Maria
2	Areia de Baraúnas	Caiçara	E. M. E. F. Josefa Maria de Lima
3	Areia de Baraúnas	Sarafina	E. M. E. F. Sebastião F. de Lima
4	Cacimba de Areia	Liberdade	E. M. E. F. Dr. José Duarte Dantas
5	Catingueira	Cacimbas	E. M. E. F. Maria Alexandrina da Conceição
6	Emas	Pendência	E. M. E. F. Maria de Alencar Parente
7	Emas	Canto Alegre	E. M. E. F. Umbelina Alves Pereira
8	Olho d'Água	Várzea Comprida	E. M. E. F. Filismina Augusta de Carvalho
9	Piancó	Pitombeira	E. M. E. F. Luiz de Caldas Sobrinho
10	Piancó	Pocinhos de Cima	E. M. E. F. Pedro Inocêncio da Silva
11	Quixaba	Quixaba Velha	E. M. E. F. Raimundo Pereira da Silva
12	Salgadinho	Lagoa de Onça	E. M. E. F. Maria das Dores
13	Salgadinho	Olho d'Água	E. M. E. F. Severino José de Souza
14	Salgadinho	Lajinha	E. M. E. F. Inácia Garcia Moraes
15	São José de Espinharas	Flores	E. M. E. I. F. Marina Nóbrega Sousa

Fonte: ASDP/PROPAC, 2012 apud ASD- Patos(2014).

3.1.1 O Município de Santa Terezinha

Segundo o CPRM - Serviço Geológico do Brasil, o município de Santa Terezinha essencialmente é um dos afetados pela seca no Nordeste Brasileiro localizada na região oeste da Paraíba com uma área de 303,1 km², estar inserido no polígono das secas. O município esta incluído nas bacias hidrográficas do Rio Piranhas, e sub-bacia do Rio Espinharas. Seus principais tributários são: Riachos da Goiabeira, Queimadas, Cachoeira, Varzea alegre, São Gonsalo, São José da Urtiga, Serra da Urtiga, Frangola e Cipó, além dos córregos Cabaceiras, Cupira dos Cavalos. Os principais corpos de acumulação do município são os açudes: Capoeira (53.450.000 m³), e o da Urtiga e a lagoa de Dentro, sendo que todos os cursos de água tem regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é dendrítico.

O município e Santa Terezinha por ser uma área enorme em espaço, não tem como levar água às populações das zonas rurais. Dentro compõe as fontes de água da cidade, com tudo a maioria da população da zona rural enfrenta escassez de água, sendo estas abastecidas por carro pipa e perfuração de poços artesianos.

O clima predominante é o semiárido ou tropical suave, apresentando chuvas de verão-outono alcançando. Em media 800 mm anuais, determinadas pelas massas quentes úmidas oriundas da Amazônia. O período chuvoso decorre nos períodos de fevereiro e encerra-se em junho, a temperatura do município gira em torno de 27°C sendo a anual média e a máxima de 32°C, apresentando mínimas de 22°C, com umidade em torno de 7% aproximadamente (FERREIRA, 2001).

O município possui como principal curso de água o rio da Cruz, tendo também o riacho da Goiabeira e lagoão do Loredó, sua agricultura é baseada no plantio de milho, arroz, feijão e algodão, sendo ainda destaque na produção de manga, sua agropecuária é intensificada na criação de bovinos, caprinos, suínos e ovinos.

Uma das alternativas no combate a seca é a construção de cisternas para guardar a água da chuva, de fato essa medida já vem sendo utilizado há muito tempo.

Na zona rural do Sítio Santo Estevão, por exemplo, o abastecimento de água é feito por cisternas com capacidade de armazenamento de cerca de 16.000 litros de água, o sítio possui aproximadamente um povoado de 100 habitantes, todos beneficiados pela água das cisternas. Daí a importância do uso de cisternas como uma ferramenta no combate a seca no município de Santa Terezinha e no semiárido nordestino.

Desde o ano de 2004 o município de Santa Terezinha vem sendo beneficiada com a construção de cisternas. O quadro 1 mostrou que de 622 famílias, **337** foram beneficiadas até 2011, ou seja, 54,16%.

O quadro 3 mostra de acordo com anexo 1, a distribuição dessas cisternas na zona rural do município por ano. Observamos então, que 62,9% da cisternas forma construídas entre 2009 e 2011.

QUADRO 3: Evolução da quantidade de Cisternas, no município de Santa Terezinha nos 2004-2011

ANOS	QUANTIDADE DE CISTERNAS
2004	31
2006	49
2008	45
2009	119
2011	93
TOTAL	337

Fonte: ASDP/PROPAC, 2012 apud ASD- Patos(2014).

O quadro abaixo(dados do anexo 1) mostra que no período analisado Santana recebeu o maior número de cisternas(43 cisternas) seguida de Lameirão (com 32), Lajedo(com 29) e São Gonçalo(com 26).

QUADRO 4: Quantidade de Cisternas pro propriedades no município de Santa Terezinha no período de 2004-2011

PROPRIEDADES	QUANTIDADE
SANTANA	43
QUEIMADAS	17
LAMEIRÃO	32
LAJEDO	29
CACHOEIRA	4
SACO	6
SÃO GONÇALO	26
RIACHO DOS BARROS	15
VÁRZEA ALEGRE	10
ANGICI TORTO	1
SÃO JOSÉ	7
O JOSÉ II	2
CABAÇAS	3
GROSSOS	15
ESCONDIDO	1
QUIXABA	13
VÁRZEA REDONDA	7
PITOMBEIRA	4
POÇO REDONDO	2
CABAÇAS DE CIMA	9
MARACUJÁ	2

ANTAS	8
PASSAGEM DE MADRE	5
URTIGA DE CIMA	8
URTIFA DE BAIXO	15
PAU DE LEITE	2
MORORÓ	1
SÃO MATEUS	15
SANTA MARIA	1
CUAÇU	1
SANTO ESTEVÃO	10
TIRADAS	1
CUPIRAS	3
SANTO ANTÔNIO	1
ARAPUÁ	1
BARAÚNAS	2
CABAÇAS DE BAIXO	1
CACHOEIRA GRANDE	2
CALDEIRÃO	2
CIPO	2
FAZENDA TAMANDUÁ	1
MONTE ALEGRE	1
VALE DO LÍRIO	1
SIRIEMA	1
TOTAL	337

ASDP/PROPAC, 2012 apud ASD- Patos(2014).

É importante observar portanto, que a quantidade de cisternas no município cresceu no período analisado o que comprova um participação crescente do poder Público no que se refere à medidas de convivência com a seca no semiárido paraibano, e o município foi beneficiado de forma substancial com o programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se a importância da agricultura camponesa para o Nordeste e Paraíba é principalmente porque ela congrega a grande massa de pequenos produtores (com mão-deobra familiar), responsáveis pela grande manutenção da maioria da população.

No entanto, ao observar a estrutura de produção desses alimentos e o nível de vida da população no campo, percebe-se algumas dificuldades principalmente devido as irregularidades meteorológicas.

A atuação do Estado na região Nordeste, principalmente a relacionada com a agricultura, se fez, nos mais diversos períodos da história, no sentido de facilitar a acumulação capitalista dentro de um modelo concentrador em que não são consideradas os interesses mais gerais da população rural.

Na década de noventa com a implantação do PRONAF percebeu-se um olhar especial para o camponês, embora de forma gradativa. Porém, a política ainda precisa de ajustes para que possa fortalecer ainda mais os pequenos agricultores oferecendo além de facilidades de crédito, assistência técnica e acompanhamento através das necessidades específicas.

No que se refere as ações voltadas à falta de água, essencialmente a região semiárida, algumas medidas de infraestrutura já estão sendo tomadas para suprir o abastecimento de água tanto humano quanto animal. As famílias rurais na Paraíba estão sendo assistidas pelo programa de construção de cisternas.

O município de Santa Terezinha na Paraíba também foi beneficiado com mais de 50% das famílias que vivem na zona rural. Mas esses números ainda precisam crescer junto com ações de orientação para o uso adequado da água de forma sustentável.

Esse trabalho não encerra aqui a discussão sobre a temática e principalmente sobre as ações por parte do ASA no semiárido paraibano e especificamente, no município de Santa Terezinha-PB. Sugere-se por fim, um análise detalhada sobre os efeitos sócio-econômicos dessa ação para o município em questão para que assim, possamos avaliar a política com maior afinco.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Simone Vieira. **Políticas de convivência com a seca: uma análise de implementação do PRONAF no município de Catolé do Rocha-PB.** Trabalho de Conclusão de curso de Bacharelado em Administração. Universidade Estadual d Paraíba. Patos-PB, 2014.

ALVES, Josente. **A Importância sócio-econômica dos assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Norte: o caso do assentamento Serra-Nova do município de Florânia.** Trabalho de Conclusão de curso de Bacharelado em Ciências Economicas. Faculdades Integradas de Patos. Patos-PB, 2003.

ASA (Articulação do Semi Árido Brasileiro). **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi Árido.** Recife: ASA, 2001. Mimeografo.

ASDP AÇÃO SOCIAL DIOCESANA DE PATOS disponível online via endereço <http://asdppropac.blogspot.com.br> data: 30/10/2014

BONETI, Lindomar Wessler. **A Agricultura Camponesa hoje e seu Caráter Educativo.** In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. Educação do Campo em Movimento: teoria e prática cotidiana v. I. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, 350p.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo.** 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2011. p.147-160

FERREIRA, Erivaldo Alves. **Santa Terezinha: Retratos de Nossa História.** João Pessoa, Paraíba: JRC Gráfica e Editora, 2001.

FERREIRA, Eunice. **Estado e Pequena Produção no Nordeste.** Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, série debates N° 107 , abril/1999.

GUANZIROLI, Carlos et all. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI. Rio de Janeiro:** Garamond, 2009, 288p.

HECHT, S.A . Evolução do pensamento agropecuário In: ALTIERI, M . **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** 4ª ed. Rio de Janeiro : PTA/ FASE, 2000.

LAMARCHE. H. **Agricultura familiar : comparação internacional.** Campinas: Ed. da Unicamp. 1993.

MEDEIROS, Rilane Tôres de . **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: um estudo de sobre a influência do PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar em um município do médio sertão paraibano.** Trabalho de Conclusão de curso de Bacharelado em Administração. Universidade Estadual d Paraíba. Patos-PB, 2013.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Políticas Públicas e Educação do Campo: em busca da cidadania possível?** 2ª coletânea de Textos didáticos, concepção e fundamentos da educação do campo. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, UEPB, 2012.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. **A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: interesses e conflitos.** XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (de)igualdades. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Graziano da. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

SILVA, ROBERTO Marinho Alves da. **Entre dois Paradigmas: combate a seca e convivência com o semi árido,** Soc. estado. vol.18 no.1-2 Brasília Jan./Dec. 200, disponível online via endereço

SOARES, Ivanilta Formiga et all. **A AGRICULTURA FAMILIAR: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do município de condado –PB.** Confederação nacional de municípios . disponível online via endereço www.cnm.org.br Data: 15/10/2014

VARELA, Francisco. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba.** 2ª edição. João Pessoa: Idéia, 2002, 190p.

.